Data: 06-01-2021

Título: “Até termos a vacina, o papel do Estado é fundamental”

Pub: DECO PROTESTE

Tipo: Internet Secção: Nacional

“Até termos a vacina, o papel do Estado é fundamental”

ontem - 6 de janeiro de 2021

Paulo Trigo Pereira, professor de Economia, entende que, perante a suspensão, até 2022, das regras europeias do défice e da dívida, a prioridade do Governo deve ser pôr no terreno os planos que anunciou.

Para o economista Paulo Trigo Pereira, a economia portuguesa assenta demasiado no turismo e nos serviços.

Realista e pragmático, Paulo Trigo Pereira, professor catedrático de Economia no ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), assume que a pandemia pôs a nu as fragilidades da economia portuguesa, que há muito deixou cair o setor industrial e assenta demasiado no turismo e nos serviços.

Recentemente, publicou o livro "Democracia em Portugal: como evitar o seu declínio", em que defende algumas soluções para resolver os problemas da sociedade portuguesa. Licenciado em economia, Paulo Trigo Pereira, foi deputado e vice-presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

ID: 7029121

Proteste Investe: Portugal é o quarto país mais endividado do mundo. Até que ponto a crise do coronavírus vai agravar a situação? O INE estima que a dívida nacional suba para 133,8% , no final deste ano.

Paulo Trigo Pereira: Ou mais! As minhas previsões apontam para 135 por cento. Tivemos uma crise financeira (2008) e, na recuperação, conseguimos baixar este rácio da dívida no PIB. Agora, em apenas um ano, vamos ultrapassar o máximo histórico. É preocupante. Mostra uma vulnerabilidade muito grande da economia e da sociedade portuguesa.

A União Europeia decidiu adiar a aplicação dos critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento, mas, em 2022, o mais tardar em 2023, estaremos de novo sujeitos às regras de convergência. Isto significa que o rácio só diminuirá se tivermos saldos orçamentais equilibrados, mas sobretudo se o denominador desta fração, que é o PIB, crescer.

Proteste Investe: Para haver crescimento, é preciso haver investimento...

Paulo Trigo Pereira: É preciso investimento público e privado, consumo público e exportações. Ou seja, há uma série de variáveis que o Governo pode estimular.

A OCDE publicou agora um estudo, em que mostra que a contração económica do produto é muitíssimo mais forte do que a dos rendimentos das famílias. Portugal é dos países que mais apoio público estão a dar para que o rendimento das famílias caia o mínimo possível, e estas continuem a consumir, de forma a estimular a economia. Até termos a vacina, o papel do Estado é fundamental para evitarmos uma subida ainda mais significativa do desemprego, uma queda do emprego e a insolvência de empresas, porque isso seria muito problemático para o País.

Proteste Investe: Concorda, então, com o FMI e a Comissão quando recomendam a adoção de políticas orçamentais expansionistas?

Paulo Trigo Pereira: Moderadamente, porque essa linguagem de "agora podem fazer o que quiserem" já ouvimos em 2009. Depois, tivemos a bancarrota em 2011. Neste momento, concordo com a perspetiva do Governo de ter uma política orçamental moderadamente expansionista.

Proteste Investe: Reafirma, portanto, o que disse numa entrevista: não aceita que, sob a capa de um discurso de defesa de direitos sociais, haja uma insustentabilidade do Estado? As finanças públicas têm de ser minimamente sustentáveis.

Paulo Trigo Pereira: Exatamente. Temos de pensar sempre que, em 2022 e 2023, quando todas as economias deverão estar a crescer, continuaremos no grupo dos mais endividados. É diferente estarmos muito endividados, mas com as contas públicas equilibradas, de estarmos com as contas públicas descontroladas. Isto significa maior endividamento no futuro. Por isso, sou pelo expansionismo orçamental q.b..

Proteste Investe: A Comissão Europeia aliviou os Estados-membros das metas orçamentais até 2022. Não é altura de negociar um menor esforço orçamental?

Paulo Trigo Pereira: Neste momento, não se aplicam as regras da redução do défice e da dívida. Foram suspensas temporariamente. Cada país pode fazer o que entender.

ID: 7029121

Portanto, não é preciso negociar. A prioridade é pôr no terreno, por exemplo, os programas que o Governo anunciou para injetar liquidez nas empresas. Não é falar com Bruxelas. A Comissão já nos disse para não nos preocuparmos com as regras orçamentais. Nós temos é de fazer o trabalho de casa o mais eficazmente possível.

Proteste Investe: Faz sentido falar em união orçamental ao nível comunitário?

Paulo Trigo Pereira: Estamos a caminhar nesse sentido. Deu-se um passo, embora pequenino, com o novo quadro comunitário. Neste momento, não é prioritário discutir as reformas da UE. Temos uma situação de emergência, a que é preciso dar uma resposta urgente, e antecipar a chegada do dinheiro a fundo perdido do mecanismo de resiliência. Contudo, já percebemos que este apoio extraordinário não virá antes de abril ou maio. O Governo terá de aprovar medidas de emergência para os primeiros meses do ano, até que os fundos cheguem.

Proteste Investe: Está afastada uma crise de dívida soberana?

Paulo Trigo Pereira: Está completamente afastada, porque o BCE tem o programa de compra de ativos, e temos emitido dívida de médio/longo prazo a taxa quase zero. O que eu espero é que não haja uma crise política no final de 2021, embora haja uma probabilidade de isso acontecer.

Proteste Investe: Antevê, portanto, uma crise política. Considerando que a atitude dos cidadãos é afetada pelo desempenho económico do País, quais poderão ser as consequências sociais?

Paulo Trigo Pereira: Temos dois cenários para 2021: um mais otimista e outro mais pessimista, que têm que ver com a duração e a intensidade da pandemia. Se a pandemia se prolongar por mais tempo, e de forma mais intensa, o impacto económico e social será muito forte, e este consenso que tem existido na sociedade portuguesa vai começar a esboroar. Vemos um cansaço cada vez maior dos portugueses, uma saturação, e isso vai ser explorado por movimentos sociais. Alguns partidos mais extremistas tentarão aproveitar e capitalizar esse descontentamento.

Do ponto de vista económico, o impacto também é gravoso. Em vez de termos uma recuperação mais rápida – de momento, todos os cenários apontam para uma recuperação em 2021 –, esta será mais lenta. Isto significa que haverá mais desemprego, o Estado terá de dar mais apoios, o saldo orçamental será pior e o descontentamento crescerá. Teremos muitas dificuldades com o orçamento de 2021.

ID: 7029121

No cenário mais otimista, o período mais intenso da pandemia já terá passado em janeiro. Teremos uma vacina disponível em larga escala no Serviço Nacional de Saúde em abril e haverá uma recuperação económica, quer em Portugal, quer nos nossos parceiros. Se for este o cenário, e o turismo regressar à quase normalidade em agosto, haverá boas condições económicas. Mais dificilmente os partidos políticos se aproveitarão da situação. Os portugueses são bastante sensatos. Se um partido estiver a ser oportunista, será castigado. É fundamental distinguir o que é responsabilidade do Governo e da pandemia.

Proteste Investe: Isso não aconteceu em 2009 a 2011, quando os partidos da oposição não aprovaram o PEC4.

Paulo Trigo Pereira: Tenho outra leitura. Nessa altura, o que veio de Bruxelas foi uma política expansionista e nós fomos dos que fizeram mais do que deviam. Nós e a Grécia. Ora, um estado soberano deve fazer aquilo que acha que deve ser feito, e não o que lhe dizem para fazer. Houve um erro em 2009 e, durante a troika, um denominador comum, que foi fazer em demasia aquilo que nos "mandam fazer".

Em 2009, foi uma política expansionista. No período da troika, foi uma política demasiado contracionista, com cortes de salários e de pensões, e as privatizações em excesso, nomeadamente dos CTT, que ninguém encomendou. Fomos além do que devíamos.

Não devemos querer ser o aluno bom da Europa, mas sim pensar pela nossa cabeça e ter uma política em função do que achamos ser correto, tanto da parte do Governo como da oposição. Acho que os portugueses sabem distinguir o trigo do joio. Devemos continuar a apostar em setores como o turismo, ou procurar uma maior especialização da economia em atividades de maior valor acrescentado? Defendo claramente uma maior diversificação.

A nossa economia assenta muito no turismo, na restauração e nos serviços. Deixámos cair o setor industrial. Quando um país afunila a sua estrutura e depende muito de um setor, como o turismo, que sofreu uma forte queda por causa da pandemia, há uma recessão brutal, como a que vamos ter este ano. As previsões apontam para uma queda de 8,5% do PIB. Temos de repensar o crescimento económico português, diversificá-lo e torná-lo o mais ambientalmente sustentável possível.

ID: 7029121

O contributo que o turismo dá à economia nacional é importante. Não é isso que está em causa, mas sim sabermos se queremos continuar com a dependência deste tipo de serviços ou apostar em clusters de desenvolvimento industrial, de que falamos há décadas.

Proteste Investe: A sustentabilidade da Segurança Social também depende do crescimento económico e do emprego, que serão bastante afetados pela pandemia.

Paulo Trigo Pereira: O fundo de estabilização financeira da Segurança Social, que é uma espécie de almofada financeira para assegurar o equivalente a dois anos de pensões, teve uma quebra substancial por causa da pandemia. As políticas do crescimento e do emprego são, por isso, fundamentais. Não podemos crescer nas próximas décadas à taxa que crescemos nas últimas duas ou três.

Temos também de arranjar mais formas de financiamento da Segurança Social. Já foi dado um passo tímido nesse sentido, ao incentivarem-se regimes de capitalização público e privado, mas sabemos que só podem ser usufruídos por certos extratos de rendimentos.

Proteste Investe: Devemos, como alguns defendem, assentar a Segurança Social num regime de capitalização?

Paulo Trigo Pereira: Não, por duas razões: a primeira é que a transição para esse regime envolveria recursos financeiros colossais, que não existem neste momento. Quando eu digo transição, é passar cerca de 80% ou 70% das pensões para o sistema de capitalização pública/privada.

Além disso, este regime acentuaria as desigualdades, dado que só faz aplicações num regime de capitalização quem tem poupanças. Isto não significa que não se deva reforçar. Por exemplo, a maioria das pessoas desconhece que existe um regime de capitalização individual público, que até tem tido uma rentabilidade razoável.

Proteste Investe: Refere-se aos Certificados de Reforma, mais conhecidos por PPR do Estado?

Paulo Trigo Pereira: Sim. As pessoas desconhecem-nos porque o Estado está proibido de fazer publicidade, seria uma concorrência desleal com os privados.

No âmbito do segundo pilar da Segurança Social, as empresas também podem fazer PPR para os trabalhadores, algo muito utilizado na Alemanha. Nós temos muitas micro, nano e pequenas empresas. É mais difícil.

ID: 7029121

Proteste Investe: Existe a ideia recorrente de que não haverá dinheiro para pagar as pensões no futuro.

Paulo Trigo Pereira: Quero desmistificar a ideia de que não vamos ter reformas. Toda a gente vai ter reforma. A questão é saber, daqui a 40 anos, qual é o rácio da primeira pensão sobre o último salário. Um rácio de 70% ou 80% é aceitável, mas uma descida para 30 ou 40% não é admissível. É um problema, e tem de ser atacado.

Proteste Investe: No seu novo livro, diz que a Constituição está datada. Deveria ser revista?

Paulo Trigo Pereira: A Constituição deveria ser revista, e sobretudo simplificada, naquilo que tem que ver com as novas gerações, em que é omissa, e também na parte ambiental.

Em relação à dívida pública, introduziria uma norma genérica que apontasse claramente, mas não de forma rígida, para os 60% do PIB. Isto é, sinalizaria a necessidade de proteger as gerações mais novas, que não devem receber uma dívida de 135% do PIB. É elevadíssima.

Na parte ambiental, deveria haver uma norma em relação aos recursos naturais. Devemos deixar às gerações futuras aquilo a que os ecologistas chamam de capital natural, ou seja, um stock equivalente àquele que recebemos. Não podemos lapidá-lo e dizer: não faz mal, porque temos mais estradas. Não!

Entrevista de Myriam Gaspar e Cláudia Maia

ID: 7029121